

O léxico na história do paisagismo no Nordeste do Brasil (XIX-XX)^❶

Aline de
Figueirôa
Silva

Estudiante del doctorado en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo (Brasil). Arquitecta y Magíster en Desarrollo Urbano de la Universidad Federal de Pernambuco (Brasil). Miembro del grupo de investigación *Jardins de Burle Marx*. Es autora del libro *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil, 1872-1937* (Recife: Cepe, 2010); del artículo “El Parque de la Juventud en São Paulo y el paisajismo contemporáneo en Brasil”, en *Arquitectura y espacio urbano: memorias del futuro* (Bogotá: Fundación Rogelio Salmona/Alcaldía Mayor de Bogotá D.C., 2014), 194-199; y, editora, junto a Ana Rita Sá Carneiro y Joelmir Marques da Silva, de *Jardins de Burle Marx no Nordeste do Brasil* (Recife: EDUFPE, 2013). alinefigueiroa@yahoo.com.br

Artículo recibido: 03 de marzo de 2014

Aprobado: 28 de julio de 2014

Modificado: 20 de agosto de 2014

DOI: [dx.doi.org/10.7440/histcrit56.2015.04](https://doi.org/10.7440/histcrit56.2015.04)

❶ Este artículo es resultado de la investigación del doctorado en Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de São Paulo, titulada “Os jardins públicos na história do paisagismo do Nordeste do Brasil”, financiada por la *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* (FAPESP) de Brasil y por la *Dumbarton Oaks Research Library and Collection* de la Universidad de Harvard (Estados Unidos).

El léxico en la historia del paisajismo en el nordeste de Brasil (XIX-XX)

Resumen:

El presente artículo aborda la historia del paisajismo en el nordeste de Brasil, al tomar como estudio de caso los jardines públicos proyectados o construidos en las ciudades costeras de Recife, Fortaleza y João Pessoa entre los siglos XIX y XX. El léxico de los mismos es aquí adoptado como la principal categoría analítica, ya que comprende diferentes designaciones de los lugares mencionados, que a su vez —al incluir nombres oficiales y populares— se relacionan con los atributos funcionales y morfológicos, con las edificaciones circundantes y con la recurrencia de acontecimientos políticos cristalizados en la toponimia urbana. Así, pues, se presenta un abordaje inédito, con el que se espera suscitar nuevas interpretaciones sobre la historia del paisajismo brasileño.

Palabras clave: *jardines públicos, espacios abiertos, terminología, historia, Brasil.*

Lexicon in the History of Landscaping in Northeastern Brazil (19th -20th Centuries)

Abstract:

This article explores the history of landscaping in northeastern Brazil, undertaking a case study of the public gardens projected or constructed in the coastal cities of Recife, Fortaleza, and Joao Pessoa in the 19th and 20th centuries. The corresponding lexicon is adopted as the main category of analysis here, since it includes different designations for the places mentioned, which in turn — by including both their official and their popular names — are related to the functional and morphological attributes, the surrounding buildings, and the recurrence of political events crystalized in urban toponymy. Hence, it presents an original approach, which is expected to generate new interpretations regarding the history of Brazilian landscaping.

Keywords: *public gardens, open spaces, terminology, history, Brazil.*

O léxico na história do paisagismo no Nordeste do Brasil (XIX-XX)


Resumo:

Este artigo trata da história do paisagismo no Nordeste do Brasil, tomando como estudo de caso os jardins públicos planejados ou construídos nas cidades costeiras do Recife, Fortaleza e João Pessoa entre os séculos XIX e XX. Elege como principal categoria de análise o léxico dos jardins públicos, que compreende as diferentes designações de tais logradouros, por sua vez relacionadas com seus atributos funcionais e morfológicos, com as edificações do entorno e com a ocorrência de eventos políticos e históricos cristalizados na toponímia urbana, incluindo nomes oficiais e populares. Trata-se de uma abordagem inovadora, consubstanciando novas interpretações sobre a história do paisagismo no Brasil.

Palavras-chave: *jardins públicos, espaços livres, terminologia, história, Brasil.*

O léxico na história do paisagismo no Nordeste do Brasil (XIX-XX)

Introdução

m seu conjunto, as narrativas, teses e dissertações acadêmicas, artigos e demais relatos produzidos no âmbito de interesse da história do paisagismo no Brasil nos informam ao menos quatro chaves de análise que vêm sendo adotadas. A dimensão técnica: os atributos morfológicos dos logradouros, seus aspectos decorativos e/ou utilitários, os materiais e sua importação, a autoria dos projetos, creditada a engenheiros, paisagistas e arquitetos; estrangeiros ocupando cargos públicos nas províncias do Império ou em circulação pela América do Sul, brasileiros, ingleses e, sobretudo, franceses. A dimensão política: a ação do governo na promoção de melhoramentos públicos, como chefes de província, governadores, prefeitos ou intendentes, ou a administração do Império na capital federal. A dimensão social: os usos dos logradouros e algumas mudanças relacionadas com as novas demandas e com a inclusão de novos equipamentos, desde o passeio, escuta da música, ocorrência de festas e celebrações cívicas às práticas esportivas. E, finalmente, a dimensão léxica: as diferentes designações, relacionadas com os atributos funcionais e morfológicos dos logradouros, com as edificações do entorno e com a ocorrência de eventos políticos e históricos cristalizados na toponímia urbana, incluindo nomes oficiais e populares.

A predominância da primeira chave de análise é sintomática dos programas de pós-graduação em que tais estudos foram gestados e das abordagens estilísticas oriundas de países estrangeiros onde a disciplina está consolidada. O léxico, por outro lado, é uma entrada pouco mobilizada nos estudos de história do paisagismo, sendo mais registrado do que problematizado. Se a história é uma disciplina constitutiva de alguns domínios e linhas de pesquisa da linguística, percorrer o caminho contrário nos permite fundamentar novas interpretações no campo de estudos que, no Brasil, denominamos de história do paisagismo. Portanto, não nos propomos a problematizar uma questão de linguística a ser investigada no âmbito da história, mas partimos de um problema de investigação em história do paisagismo elegendo como objeto de reflexão um determinado aspecto da língua (o léxico).

Como aporte metodológico, trazemos à luz o livro *Arraiais e Vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*¹, de Cláudia Damasceno Fonseca, cuja análise de terminologias específicas fertiliza interpretações inovadoras sobre os processos de ocupação e urbanização de Minas Gerais. Ao tratar de aspectos urbanísticos das povoações mineiras, aí incluídos a estrutura fundiária, a construção e o controle de equipamentos públicos, Fonseca reconhece que, embora a palavra “urbanismo” seja relativamente recente, pois “suas primeiras ocorrências em línguas latinas datam de meados do século XIX, a prática é antiga”². Portanto, para identificá-la no século XVIII, a autora toma por “urbanísticos” vários aspectos relacionados com a materialidade das povoações, como a demarcação dos rossios, o direito de uso das nascentes, o sistema de adução d'água, a pavimentação de vias e a construção de chafarizes.

Analogamente, considerando que o vocábulo “paisagismo” foi introduzido na língua portuguesa possivelmente no século XX, derivada do francês *paysagisme*³, é preciso, se não defini-lo, circunscrever o limite do nosso interesse. Se a palavra é de origem recente —de fato não a identificamos em dicionários dos séculos XVIII e XIX—, o “paisagismo”, na qualidade de práxis de organização dos espaços livres nos quais a vegetação está presente, inicialmente no domínio privado e para fins utilitários ou contemplativos e mais tarde no âmbito público, recua a épocas remotas. Historicamente, tais espaços livres —palacianos, monásticos, domésticos ou urbanos, solenes ou lúdicos, vulgares ou monumentais— assumiram diferentes feições e modos de usufruto em épocas e culturas diversas. A história do paisagismo, ao menos no Ocidente, privilegiou os espaços livres privados e, mais tarde, os logradouros públicos, espaços verdes ou vegetados, que receberam várias designações, algumas das quais em uso até os dias atuais. É sobre este último conjunto que recai nosso interesse.

No Brasil, os logradouros públicos das cidades da Colônia, do Império e dos primeiros tempos da República, considerando seus atributos morfológicos (traçado, equipamentos, presença ou ausência de vegetação), as funções e os usos, inclusive na sua relação com as edificações do entorno (religiosas, militares, administrativas, civis, recreativas, comerciais), podem ser reunidos em dois grupos. Por um lado, campos, pátios, largos, adros, terreiros e praças —genericamente denominados de *praças*, segundo a tradição urbanística lusitana e o léxico

1 Cláudia Damasceno Fonseca, *Arraiais e Vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas* (Belo Horizonte: UFMG, 2011).

2 Cláudia Damasceno Fonseca, *Arraiais e Vilas*, 39.

3 Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986); Antônio Houaiss, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Objetiva, 2007).

português⁴. E, por outro, passeios/passeios públicos, jardins, squares e parques —designados, em conjunto, como *jardins públicos*, quando os deslocamentos dos modos de intervir e denominar os logradouros públicos se inscrevem no espaço da cidade brasileira.

É o século XIX que assinala essa ruptura, ao introduzir nos espaços livres urbanos, até então “desnudos” ou “acanhados”, como se referiu Murillo Marx⁵, o cultivo de vegetação, novos agenciamentos e equipamentos (coretos, pavilhões, esculturas, fontes, grutas, lagos, luminárias, gradis), alterando a forma urbana e engendrando novas relações sociais. Na região que hoje corresponde ao Nordeste do Brasil, esse processo ocorreu primeiramente nas cidades de Salvador, Recife, Fortaleza e João Pessoa no período imperial e, depois, em outras capitais, como Natal, Aracaju e Maceió.

Neste estudo tratamos principalmente do léxico referente aos logradouros públicos ajardinados⁶ em três capitais provinciais/estaduais da atual região Nordeste. Trabalhamos fundamentalmente com fontes oficiais, escritas (relatórios de governo e de engenheiros, revistas e jornais) e iconográficas (plantas, mapas, gravuras, fotografias e cartões postais), dicionários de português, brasileiros e lusitanos, etimológicos, de línguas estrangeiras e técnicos, cronistas e memorialistas, autores estrangeiros e clássicos da historiografia local. Quanto ao corpus documental, nos orientamos na amplitude e imbricação das referências de Fonseca⁷, que identificou e tratou o léxico da ocupação e da urbanização de Minas Gerais a partir de registros oficiais diversos, dicionários geográficos, técnicos e linguísticos, fontes iconográficas, relatos de viajantes, autores estrangeiros e pesquisadores que se debruçaram sobre o tema no Brasil.

1. Terminologia de jardins públicos

O primeiro logradouro ajardinado nas cidades de Salvador e Fortaleza recebeu o nome de *passeio público*. No Recife, a planta mais antiga que localizamos referente à criação de um espaço público ajardinado é a “Planta dos Arruamentos do Bairro de Santo Amaro” (1844), de autoria do engenheiro francês Louis Vauthier, chefe da Repartição das Obras Públicas,

4 Empregamos a palavra *português/a* designando a língua para distinguir do gentílico referente a Portugal, para o qual utilizamos o vocábulo *lusitano/a* (ou *luso-brasileiro*, quando couber).

5 Murillo Marx, *Nosso chão: do sagrado ao profano* (São Paulo: Edusp, 2003), 156.

6 Utilizamos o termo *ajardinado* (e seus correlatos *ajardinamento* e *ajardinar*) para indicar a inserção e o cultivo de vegetação nos logradouros de modo planejado para fins estéticos, higiênicos ou utilitários, como provisão de sombra e amenidade climática, considerando sua recorrência nos documentos históricos e na historiografia. Preterimos a palavra *arborizado* porque esta apenas sinaliza o plantio de árvores (arborização), ao passo que o *ajardinamento* incluía vários estratos vegetais: gramados, árvores, canteiros com flores e palmeiras.

7 Cláudia Damasceno Fonseca, *Arraiais e Vilas*, 26-30; 57-81; 397-413.

que contém dois *parques públicos* assim designados⁸. Tratava-se de um plano, não realizado, para a criação de um novo bairro nas terras de Santo Amaro, que apresentava então algumas construções esparsas. Foram propostas trinta quadras, dois amplos *parques públicos* e uma via arborizada entre ambos, voltados para o Rio Beberibe e catalisadores da ocupação.

Entretanto, historiadores e cronistas como Pereira da Costa, Mário Sette e Orlando Parahym referiram-se ao *parque público* instalado no cais criado pelo engenheiro francês Júlio Boyer em 1838 (Imagem 1). Antiga rampa de embarque na Praia do Colégio, esse espaço era conhecido como Cais do Colégio, em alusão ao conjunto religioso dos jesuítas. Após os melhoramentos efetuados na década de 1830, passou a se chamar Cais do Boyer, Cais do Ramos (1841), Cais 22 de Novembro (1859), quando ali desembarcou a Família Imperial, Cais da Regeneração (1890) e, por fim, Cais da Av. Martins de Barros. “Fizeram um novo cais — o Parque Público, aliás. Tinha bancos pintados de verde para comodidade do público”⁹ e árvores vindas do Jardim Botânico de Olinda¹⁰. Conforme relata Pereira da Costa:

“Como ponto de diversão pública, aos domingos, com a pomposa denominação de Parque Público, foi por muito tempo assim chamado o lanço de Cais a que nos referimos, até que, desaparecendo os bancos, parte da arborização, e não havendo mais tocatas dominicais, ficou o público privado dessa única recreação que tinha. Algumas praças, posteriormente ajardinadas, vão em parte amenizando a palpitante necessidade de um parque público [...]. Até o assentamento da pedra fundamental do Parque Público 13 de Maio, em igual dia do ano de 1889 [...] e a executar-se segundo a memória — projeto do engenheiro Emílio Beringer, de 1 de julho de 1875”¹¹.

Localizamos duas plantas que compõem o projeto do *parque público* referido por Pereira da Costa, porém datadas de 1º de junho de 1875, intituladas “Projecto de Parque Publico — Aquarium” e “Projecto de Parque Publico — Pavilhão” e assinadas pelo engenheiro Emílio Beringer, então diretor da Repartição das Obras Públicas da província. Essa discussão compareceu em vários relatórios do governo registrando tal designação, conforme verificamos na

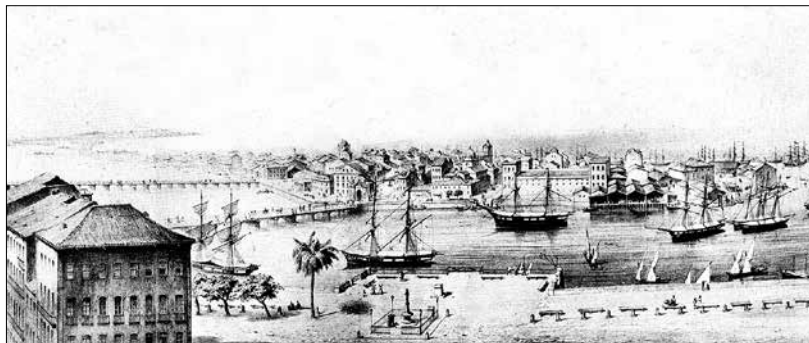
8 Silvana Tercila M. Pettinati Lúcio, *Pernambuco no século XIX: a herança de Vauthier* (Dissertação Mestrado em Urbanismo, PUC-Campinas, 2000); Cândida Freitas, *O Parque 13 de Maio na modernização do Recife* (Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 2006); Aline de Figueirôa Silva e Rosane Piccolo Loretto, “A passeio pela cidade: o projeto de Vauthier para Santo Amaro e o planejamento de espaços verdes no Recife”, em *Un ingénieur du progrès: Louis-Léger Vauthier entre la France et le Brésil*, orgs. Cláudia Poncioni e Virgínia Pontual (Paris: Michel Houdiard Éditeur, 2010), 349-367.

9 Mário Sette, *Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo* (Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1948), 48.

10 Orlando Parahym, *Traços do Recife: ontem e hoje* (Recife: Governo de Pernambuco, 1978), 49.

11 Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, vol. 9. (Recife: Fundarpe, 1983), 521-522.

Imagem 1. Frederick Hagedorn Carls, *Panorama de Pernambuco, retratando o antigo Cais do Colégio e Passeio Público do Recife* (1855)



Fonte: *Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife: 1755-1855*, Gilberto Ferrez (Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984).

“Planta da Cidade do Recife” (1906), que indica o Passeio Público 13 de Maio, cuja conclusão só veio a se concretizar em 1939 como Parque 13 de Maio¹²:

“Passeio Publico. Continua a população desta capital na carencia deste melhoramento reclamado até pela hygiene. [...] A idéa adoptada por um dos meus antecessores de colloca-lo no Campo das Princesas, sendo removido o teatro Santa Isabel não me pareceu aceitavel. [...] não satisfaria os requisitos da obra projectada, especialmente no que respeita ao isolamento, indispensavel para a policia interna e protecção das plantas, obras d’arte, etc. O campo deve ser ajardinado, e offerecerá mais um ponto de reunião e recreio; mas não se presta a um passeio publico”¹³.

A exemplo do Recife, os relatórios de governadores e engenheiros provinciais do Ceará sinalizam os paulatinos melhoramentos realizados no Campo da Pólvora que culminaram com a criação de um *passeio público* na cidade de Fortaleza. Enraizado em diversos relatos de historiadores, cronistas e documentaristas, clássicos ou pertencentes à nova geração¹⁴, o

12 Ana Rita Sá Carneiro, *Parque e Paisagem: um olhar sobre o Recife* (Recife: UFPE, 2010), 86-92.

13 Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, *Falla recitada pelo excelentissimo presidente da provincia no dia 1º de março de 1871* (Recife: Typographia de M. F. de F. & Filhos, 1871), 26.

14 João Nogueira, *Fortaleza Velha* (Fortaleza: Instituto do Ceará, 1954); Gustavo Barroso, *À margem da história do Ceará* (Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962); Otacilio de Azevedo, *Fortaleza descalça* (Fortaleza: Secult/CE, 2012 [1980]); Raimundo Girão, *Fortaleza e a crônica histórica* (Fortaleza: UFC, 1983); Sebastião Ponte, *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social, 1860-1930* (Fortaleza: Demócrito Rocha, 1999); Antonio Luiz Silva Filho, *Fortaleza: imagens da cidade* (Fortaleza: Museu do Ceará, 2004); José Liberal de Castro, “Passeio Público: espaços, estatuária e lazer”, *Revista do Instituto do Ceará*, 123 (2009): 41-114.

Passeio Público de Fortaleza ainda é alvo de muita controvérsia com relação ao seu processo de criação e transformações ao longo do tempo. Embora 1880 e 1888 sejam apontados como marcos da sua inauguração em duas fases, sua implantação recua ao menos à década de 1860.

“A principio lembrei-me sómente de nivelar o espaço comprehendido entre o hospital e o quartel, calçar três faces dessa praça e planta-la de arvores. Reconheci porém que fazendo executar mais algumas obras além d’éstas, que se concluíram, poderíamos contar em breve com um passeio publico, na situação mais vantajosa, e com vista para o mar”¹⁵.

“Passeio publico. Concluidas as obras de alvenaria a cargo de José Feijó de Mello, para embasamento do gradil de ferro destinado a fechar a praça da Misericórdia, foi por essa presidência autorizada [...] a construcção de uma calçada interior [...] e algumas obras de decoração consistentes em jarros. [...]. Está construído igualmente em sentido normal a muralha um lanço de muro 17 m. de comprido para o fim de limitar o jardim projectado do lado do poente [...]. Tem-se feito o revolvimento das terras para o plantio de gramma, a transplantação dos arbustos que ali existiam segundo o novo plano adoptado”¹⁶.

O Passeio Público de Fortaleza era formado por três planos correspondentes a três níveis topográficos, escalonados, com amplo descortino para o mar, dotado de portões, escadaria e vias arborizadas, cuja origem filia-se, segundo estudo de Liberal de Castro¹⁷, ao passeio lisboeta, implantado em 1764. O *passeio* de Fortaleza converteu-se numa área pública ajardinada, de configuração linear e destinada à prática do *footing*, caminhada ao ar livre, à sombra das árvores, oportuna nas cidades tropicais, mas também, ao gozo da brisa e da paisagem marítima (Imagem 2). Algumas dessas características já foram acentuadas nas interpretações sobre o Passeio Público do Rio de Janeiro (1789), o primeiro do país e voltado para a Baía de Guanabara, e o Passeio Público de Salvador, criado na década de 1820¹⁸. Mais tarde, outras cidades tiveram seu *passeio público*, como Campinas em 1876 e Curitiba em 1886¹⁹.

15 José Bento da Cunha Figueiredo Junior, *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará no dia 9 de outubro de 1863* (Ceará: Typographia Cearense, 1863), 39.

16 José Pompeu d’Albuquerque Cavalcante, *Relatórios apresentados pelo Engenheiro Chefe da Direcção de Obras Publicas* (Fortaleza, 15 de abril de 1868), 4-5.

17 José Liberal de Castro, “Passeio Público”, 47-49.

18 Maria Beatriz Nizza da Silva, “Rio de Janeiro e Salvador: a função social, estética e higiénica das praças no Brasil do fim do período colonial”, em *A Praça na Cidade Portuguesa*, org., Manuel C. Teixeira (Lisboa: Livros Horizontes, 2001), 225-235.

19 Siomara Lima, “Para além da arquitetura: Ramos de Azevedo e os projetos de Jardins para Campinas”, em *Jardins históricos brasileiros e mexicanos*, orgs., Ana Rita Sá Carneiro e Ramona Pérez Bertruy (Recife: EDUFPE, 2009), 141-173; Aparecida Bahls, “O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)” (Dissertação Mestrado em História, UFPR, 1998).

Imagem 2. Passeio Público de Fortaleza, Avenida Caio Prado no início do século XX



Fonte: *Passeio Público de Fortaleza, Avenida Caio Prado*, início do século XX, em Acervo Nirez (AN).

É interessante notar nos registros sobre os *passeios* do Recife e de Fortaleza a referência de que se tornaram *jardins* a partir da modificação de espaços pré-existentes, que possuíam outros nomes e funções, como *cais*, *praças* e *largos*, porém até então desprovidos de vegetação, equipamentos e sem amplo usufruto para o lazer da sociedade. Portanto, relacionamos o passeio de Fortaleza com os passeios de Salvador e do Recife — cidades muito próximas à Linha do Equador, de clima quente e úmido— proporcionando a contemplação da frente d’água, a criação de vias lineares e sombreadas para caminhadas e o refrigério da brisa marinha ou fluvial, todavia guardadas as devidas peculiaridades referentes à topografia e ao traçado urbanístico das três cidades.

Luiz Maria da Silva Pinto²⁰ define *passeio* como “acção de passear, lugar para passear” e *passear*, como o ato de “andar para fazer exercício, ou por vadiação”. Em Antonio de Moraes Silva²¹, *passeio*, *passèo* ou *passeyo* indica “o modo de andar, e mover os passos; o lugar ou o jardim, alameda onde se passeia”, semelhante à definição do clássico *Dicionário da Arquitetura Brasileira*: “nome hoje praticamente em desuso, que se dava aos locais públicos destinados a exercícios e divertimentos. Foi muito comum a expressão passeio público para designar os recantos, às vezes bastante extensos, que os poderes públicos ajardinavam e arborizavam com o fito de patrocinar ao povo local de estar ao ar livre”²².

20 Luiz Maria da Silva Pinto, *Dicionário da lingua brasileira* (Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832).

21 Antonio de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa. Melhorada, e muito acrescentada com grande numero de termos usados no Brazil e no Portuguez da Índia*, vol. 2 (Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1878), 149.

22 Eduardo Corona e Carlos A. C. Lemos, *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (São Paulo: Edart, 1972), 360-361.

Na língua corrente, empregamos *passeio* como designativo de uma ação mais do que para o logradouro em que se dá tal prática, sentido que, entretanto, ainda perdura em Curitiba, Fortaleza e Rio de Janeiro. Verificamos o decaimento da locução *passeio público* e a recorrência da expressão *jardim* e, menos comumente, o uso da palavra *parque*. Tal substituição não se operou apenas ao nível da língua, mas também no espaço urbano, pois se proliferaram *jardins públicos* em logradouros estruturados e nomeados no período colonial, que tinham outros usos e eram, muitas vezes, delimitados por edificações religiosas e administrativas. Os nomes correntes até então —*praça*, *campo*, *largo* e *pátio*— indicam, por um lado, do ponto de vista semântico e urbanístico, pequenas diferenças entre si, relativas à sua forma, dimensão ou função, evidenciadas em documentos, registros iconográficos e dicionários de época. Por outro lado, tais espaços pertencem a uma genealogia comum no que se refere à noção de espaço coletivo, comum, aberto e, essencialmente, vazio.

A expressão *praça* significa, etimologicamente, “lugar cercado de edifícios, largo, mercado e feira” e seu aparecimento na língua portuguesa remonta ao século XIII, derivada do latim *platea*, ao passo que a locução adverbial *em praça* (século XIV) e o advérbio *praceiramente* (século XV) significavam *em público*²³. Segundo Silva²⁴, a *praça*, do francês *place*, derivação do latim *platea* é “um lugar público espaçoso e descoberto, cingido de edifícios, para ornato das cidades, villas: ou onde se fazem feiras, mercados, leilões; lugar onde se tractam cousas de commercio”. O verbete comporta diversas definições e expressões e está enraizado em vários ditos populares, muitos ainda hoje utilizados no português praticado no Brasil. “Andar na praça” significa “ser público”, ao passo que “pessoas de muitas praças” são aquelas de muitas amizades, cultivadas no espaço coletivo da *praça*, vocação histórica que assumiu na cultura dos povos latinos. Provérbios como “Mais valem amigos na praça, que dinheiro na arca” e “O homem na praça, a mulher em casa” inscrevem, no espaço físico da cidade, a conotação da praça como espaço público por excelência e fundamental ao cotidiano, lugar dos encontros e da mercancia, dos exercícios militares e dos justicamentos, onde se achavam homens de letras e de negócios.

O verbete *campo* estava associado à ideia de um espaço ermo e descampado, de conotação militar. Do latim *campus*, significava “espaço de terra baixa e plana sem edifícios, nem arvoredo; terras de lavoura, ou pastagem; terra fora da cidade, ou Villa; o acampamento, ou arraial militar, as tropas que o compõem”²⁵. O *largo*, por sua vez, era definido como “pequena praça” e o *pátio* ou *páteo* como “area murada, e descoberta, que está à entrada da casa; o pateo da

23 Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico*, 627.

24 Antonio de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 2, 487-488.

25 Antonio de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa. Melhorada, e muito acrescentada com grande numero de termos usados no Brazil e no Portuguez da India*, vol. 1 (Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1878), 149.

comedia, a platea; porque aí nos pátios, e talvez descobertos ou toldados se representava, e assistia o povo ás representações”²⁶. No Recife colonial estes significados estão cristalizados sobretudo na atual Praça da República, cuja mudança de nomes —Praça do Palácio Velho, Campo do Erário, Campo da Honra (1817), Campo dos Mártires (1817), Campo/Pátio/Praça do Palácio ou Pátio do Palácio Novo (1843), Largo do Paço e Campo das Princesas (1859)— revela aspectos de sua história e os edifícios que a emolduravam, em parte preservados até hoje. A predominância do nome *campo*, ganhando sucessivos qualitativos, vincula-se exatamente ao período em que este espaço permaneceu como um grande descampado, passando, posteriormente, a ser designado por *pátio* e *largo* e, a partir de 1872, de *jardim*:

“Amanhã será aberto e franqueado ao publico o jardim ultimamente construido no Campo das Princezas, sendo adornado com bandeiras e galhardetes, e iluminado á noute. O jardim não está ainda terminado; mas á despeito disso, continuará aberto e franco ao publico, e desde já entrará no limitado numero dos lugares offerecido á recreação publica”²⁷.

A Praça do Conde d’EU —antigo Largo do Aterro da Boa Vista, Largo/Praça da Matriz, Praça de Nossa Sra. da Conceição da Boa Vista/Praça da Boa Vista, Praça dos Mártires (1831), Largo ou Praça do Moscoso e atual Praça Maciel Pinheiro— tornou-se o Jardim da Praça Conde d’EU. A Praça D. Pedro II —antes Pátio/Praça/Largo do Colégio, Largo/Praça do Espírito Santo (1855) e atual Praça Dezessete— converteu-se no Jardim da Praça D. Pedro II.

“Vaccina excellente. Enxertada em crianças muito limpas e sadias hoje 24 e amanhã 25 as 5 horas da tarde, em casa do Dr. Lobo Moscoso, á rua do Visconde de Albuquerque. Cada pessoa que se vaccinar pagarão [sic] 2\$ em beneficio da construcção do jardim da praça do Conde d’Eu”²⁸.

“E o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Vigario Capitular João Chrisostomo de Paiva Torres [...] deu a benção a referida pedra a qual foi conduzida pelos cidadãos [...] e collocada no centro do Jardim da Praça Conde d’EU pelo Excellentissimo Senhor Concelheiro João José de Oliveira Junqueira Presidente da Provincia. [...]. E eu o Doutor Pedro de Athayde Lobo Moscoso, formado em Medicina pela faculdade da Bahia e residente nesta Freguezia da Boa-Vista escrevi este termo e assignei. Recife de Pernambuco aos quatorze de Abril de mil oitocentos e setenta e dous”²⁹.

26 Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da Língua Portuguesa*, vol. 2, 219.

27 “Jardim do Campo das Princezas”, *Diario de Pernambuco*, Recife, 19 de outubro, 1872, 2.

28 “Vaccina Excelente”, *Diario de Pernambuco*, Recife, 24 de agosto, 1871, 4.

29 “Termo de assentamento da pedra fundamental do jardim da praça Conde D’Eu”, *Revista Arquivos* 1: 1 (1942): 111-112.

“Jardim da praça de Pedro II. Em 23 de abril foram remetidos ao thesouro provincial a conta corrente e documentos comprobatorios apresentados pelo Dr. Pedro de Athayde Lobo Moscoso das despesas feitas com o ajardinamento dessa praça”³⁰.

Etimologicamente, o vocábulo *jardim*, variação do francês *jardin*, é definido como um “terreno onde se cultivam plantas ornamentais”, encontrado no léxico português ao menos desde o século XIII³¹. Da expressão normanda *gardin*, variante antiga de *jardin*, originaram-se o termo inglês *garden* e o alemão *garten*, cujo radical *gard* significa “cercado”, assim como foi introduzida a palavra *jardín* no idioma espanhol³². Nas línguas vernáculas do Ocidente, o vocábulo *jardim* “se vincula ao hebraico *gan*, ou seja, proteger ou defender, sugerindo a presença de uma vala ou cerca, e *eden* ou *oden*, exprimindo a noção de prazer, deleite”³³. Da combinação entre os dois termos, a palavra *jardim* passou a significar “um recinto de terra para o prazer e o deleite”³⁴. Muitos logradouros públicos do Recife passaram a ser designados pela associação da palavra *jardim* com os termos *campo*, *largo*, *praça* ou *pátio*, que, por sua vez, resguardavam significados comuns entre si, quando não eram empregados como sinônimos. Tal justaposição no léxico sinaliza a conjugação da noção de espaço verde presente no *jardim* e da ideia de espaço público, livre ou descoberto expresso na *praça*, no *campo*, no *largo* ou no *pátio*.

Esta prática se fez tradição também em Fortaleza durante as três primeiras décadas do século XX. As praças, quando ajardinadas, recebiam nomes que se justapunham às designações anteriores: Jardim Sete de Setembro da Praça do Ferreira (1902), antes Largo das Trincheiras, Praça Pedro II e Praça Municipal; Jardim Caio Prado da Praça da Sé (1903), antes Praça do Conselho e da Matriz; Jardim Nogueira Accioly da Praça Marquês do Herval (1903), antiga Praça do Patrocínio e atual Praça José de Alencar; Jardim Thomaz Pompeu da Praça Comendador Theodorico (1930), antes Praça da Lagoinha e atual Praça Capistrano de Abreu, e Jardim Bárbara Alencar da Praça José Júlio ou do Coração de Jesus (1931), antiga Praça da Boa Vista.

“Amanhã, às 19 ½ horas, será inaugurado e entregue ao publico, o Jardim Thomaz Pompeu, recentemente construido á praça Commendador Theodorico. A Prefeitura

30 Adolpho de Barros Cavalcanti de Lacerda, *Relatório com que o Exm. Sr. passou a administração desta provincia em 18 de setembro de 1879* (Recife: Typ. de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1879), 20.

31 Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico*, 453.

32 Joan Corominas, *Breve Diccionario Etimológico de la lengua castellana* (Madrid: Gredos, 1994), 343.

33 Aline de Figueirôa Silva, *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil, 1872-1937* (Recife: Cepe, 2010), 24.

34 Michael Laurie, *Introducción a la arquitectura del paisaje* (Barcelona: Gustavo Gilli, 1983), 29.

Municipal convida a imprensa, autoridades federaes, estaduaes e municipaes e aos municipes em geral, para assitirem á referida so-omnidade [sic]³⁵.

“O dr. Urbano de Almeida, Prefeito Municipal, por decreto de hontem, restabeleceu o nome tradicional de ‘rua do Sampaio’, antiga rua nova do Outeiro, que por lei municipal de 1924 foi substituido pelo de rua ‘Barbara de Alencar’, resolvendo dar o nome dessa heroína cearense ao jardim publico recentemente construido á Praça Dr. José Julio (Coração de Jesus), logradouro esse que será franqueado ao publico, amanhã em homenagem á grande data revolucionaria de 5 de Julho”³⁶.

Essa foi a trajetória de vários logradouros públicos brasileiros no século XIX. É o caso do Campo de Santana (1735), no Rio de Janeiro (ajardinado em 1873), que antes fora Campo da Cidade, Campo de São Domingos, depois Campo da Aclamação (1822), Campo da Honra, Campo da Redenção, Campo da Liberdade, Campo do Passeio e, novamente, Campo da Aclamação (1841), Parque Campo de Santana (1917), Parque Júlio Furtado (1934) e Praça da República (1939)³⁷. Destino comum teve o então Campo da Várzea do Portão, Campo do Bom fim (1867) ou Campo da Redenção (1884), futuro Parque Farroupilha (1935), em Porto Alegre³⁸.

Vários *campos*, *largos* e *pátios* também foram ajardinados na cidade de João Pessoa, dos mais amplos, como o Campo/Pátio/Largo do Comendador Felizardo, antes Largo do Colégio, e o Campo/Largo do Conselheiro Diogo, antes Pátio/Largo do Quartel e atual Praça Pedro Américo, aos mais modestos, a exemplo do Campo/Praça do Conselheiro Henriques, que fora Largo do Carmo e hoje se denomina Praça Dom Aduvaldo. No Recife registramos a palavra *square*, peculiar denominação da qual não nos dá conta nenhum dos dicionários de português consultados, mas localizada em documentos de 1872 (Imagem 3).

“Ajardinamento do Campo das Princesas. No intuito de dar mais formosura á cidade, e dota-la com uma praça condigna á sua bellesa natural, onde seus habitantes podessem achar um ponto de reunião e recreio, projectei levantar ali um ‘square’, cujas obras marcham com toda a actividade. Para a Europa encomendei [...] as estatuas e mais

35 “A inauguração do Jardim Thomaz Pompeu”, *Correio do Ceará*, Fortaleza, 11 de julho, 1930, 1.

36 “Prefeitura Municipal, Nota da Secretaria”, *O Povo*, Fortaleza, 4 de julho, 1931, 1.

37 Carlos Terra, “A criação de uma identidade na paisagem do Rio de Janeiro no século XIX: o Campo de Santana como exemplo”, em *Jardins históricos brasileiros e mexicanos*, orgs., Ana Rita Sá Carneiro e Ramona Pérez Bertruy (Recife: UFPE, 2009), 73-100.

38 Luís Fernando da Luz, *Parque Farroupilha: composição e caráter de um jardim público de Porto Alegre* (Dissertação Mestrado em Arquitetura, UFRGS, 1999).

ornamentos precisos, bem como incumbi aos negociantes em Londres Frederico Yonle & C.^a a aquisição e remessa do gradil e portões de ferro”³⁹.

“Hontem, logo após o acto de inauguração da exposição provincial, foi inaugurado e franqueado ao publico, posto que inacabado, o jardim ou ‘square’ do Campo das Princezas. [...] A’ tarde e á noute ahi tocaram diversas bandas de musica militar [...] e o ‘square’ conservou-se sempre cheio de visitantes, que lhe foram admirar as bellas disposições, e as lindas estatuas e candelabros de bronze”⁴⁰.

Imagem 3. Jardim ou *Square* do Campo das Princesas, Recife, provavelmente no início do século XX



Fonte: Jardim ou ‘Square’ do Campo das Princesas, Recife, provavelmente no início do século XX, Biblioteca Almeida Cunha (Recife-Brasil).

A categoria *square* foi mencionada, mas não aprofundada por autores brasileiros à luz de documentação e contexto específico do país. Algumas fontes esparsas que documentam essa expressão foram apresentadas por Hugo Segawa⁴¹—um depoimento de 1858 do francês Charles de Ribeyrolles sobre o Campo de Santana (da Aclamação na época), Rio de Janeiro, e uma fala de 1902 do intendente de Belém Antonio Lemos sobre a Praça Frei Caetano Brandão—, bem como por Aparecida Bahls⁴², que nos revela o excerto de um pronunciamento

39 João José de Oliveira Junqueira, *Falla com que o Exm. presidente da provincia abriu a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1° de março de 1872* (Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1872), 44-45.

40 “Jardim do Campo das Princezas”, *Diario de Pernambuco*, Recife, 21 de outubro, 1872, 2.

41 Hugo Segawa, *Ao amor do público: jardins no Brasil* (São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1996).

42 Aparecida Bahls, “O verde na metrópole”, 150.

do chefe da Província do Paraná, Alfredo Taunay, por volta de 1886. “E quanto ao campo da Aclamação, vasto quadrilátero que comportaria dois squares de Londres, é tão desnudo como um deserto da África”⁴³. Em Belém, afirmou o intendente: “A disposição atual da praça é mui agradável à vista: forma um *square* elegante, em pleno desenvolvimento, onde às tardes e às noites se reúnem famílias inúmeras da vizinhança, apreciando os benefícios desse pequeno e gracioso logradouro”⁴⁴. E, em Curitiba, sugeriu Taunay: “conservar o maior número possível de largos e praças como áreas de saneamento da população e futuros locais ajardinados e arborizados formando ‘squares’ e pontos de recreio”⁴⁵.

Com base no *Álbum do Amazonas, Manaus (1901-1902)*, Otoni Mesquita descreveu a Praça General Osório, antigo Campo da Pólvora, como “do gênero square, dos ingleses, [...] sem vegetação elevada, a não ser na avenida que a delimitava, plantada de arvoredo. Quase ao centro da praça havia um coreto, com cobertura metálica”⁴⁶. A descrição do autor, contudo, não nos permite saber se atribuiu tal designação à Praça General Osório ou se a encontrou no referido álbum. Guilherme Dourado⁴⁷ reporta-se às atuais praças Maciel Pinheiro (Recife) e Benedito Leite (São Luís) e ao Terreiro de Jesus (Salvador) como *squares* do final do século XIX. Como o autor não aponta se recuperou tais expressões de fontes documentais, acreditamos que se trata de classificação imputada àqueles logradouros em razão de suas semelhanças visuais com *squares* franceses, abordados em sua tese. Entretanto, é significativo o fato de essa expressão ter aparecido em pontos tão distantes do território brasileiro, como Belém, Recife, Rio de Janeiro e Curitiba.

O *square* nasceu em Londres na década de 1630 e multiplicou-se durante a reconstrução da cidade após o incêndio de 1666⁴⁸. Expressão do apreço dos ingleses por privacidade, conforto e convívio com a natureza, os *squares* foram impulsionados por construtores e incorporadores por ocasião da implantação de novos bairros residenciais. Delimitados por ruas locais, separadas do tráfego das vias públicas, eram cercados por grades e portões, cujas chaves pertenciam

43 Charles de Ribeyrolles, “Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições”, em Hugo Segawa, *Ao amor do público*, 68.

44 Antonio José de Lemos, “Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902 pelo Intendente Senador Antonio José de Lemos”, em Hugo Segawa, *Ao amor do público*, 202.

45 Alfredo D’Escragno Taunay em Aparecida Bahls, “O verde na metrópole”, 150.

46 Otoni Mesquita, *Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)* (Manaus: Valer, 2006), 286.

47 Guilherme Dourado, *Belle Époque dos Jardins: Da França ao Brasil do século XIX e início do XX* (Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, USP, 2008), 103-105.

48 Sigfried Giedion, *Space, Time and Architecture: the Growth of a New Tradition* (Massachusetts: Harvard University Press, 1967), 722.

aos moradores, que se responsabilizavam por sua manutenção. Segundo Longstaffe-Gowan⁴⁹, no segundo quartel do século XVIII, os *squares* e suas edificações circundantes haviam se tornado um dos aspectos inconfundíveis da capital inglesa. Esta ideia está sintetizada em um dicionário arquitetônico de 1887, coetâneo à difusão do *square* no Brasil. O *square* é definido como “um pedaço de terra no qual há um jardim enclausurado, circundado por uma via pública, dando acesso às casas de cada um dos seus lados”⁵⁰. Conforme resume Franco Panzini⁵¹, o *square* não é unicamente uma praça que tem em seu centro um jardim, mas uma intervenção de transformação fundiária e imobiliária que pertence aos moradores das residências que o circundam. Um espaço onde os pais podiam passear com carrinhos de bebê ou avistar, da janela de casa, seus filhos brincando no gramado, os idosos podiam sentar-se em paz a poucos metros de sua moradia e todos podiam respirar um ar puro, como num jardim comunal⁵².

Este conceito foi transplantado para cidades da costa leste americana, como Filadélfia (1682), Savannah (1733), Boston (1793), Nova Iorque (1803) e Baltimore (1827). Phebe Goodman⁵³ esclarece que os *squares* estadunidenses tiveram origens, funções, usos e aparência semelhantes aos seus pares britânicos, guardadas algumas exceções. Portanto, ora constituíram uma ferramenta de planejamento urbano para incrementar novos empreendimentos residenciais, ora foram traçados como parte de novos planos urbanos. Mas, essencialmente eram levados a cabo por agentes imobiliários privados para o uso dos moradores do bairro e, apenas mais tarde, alguns foram desfrutados pelo público. Os *squares* parisienses, ao contrário, incluíam-se nas obras empreendidas por Napoleão III e pelo barão Haussmann. Refugiado na Inglaterra, o imperador seduziu-se pelos *squares* londrinos e decidiu dotar a capital francesa de espaços ajardinados neles inspirados⁵⁴. Em Paris, foram traçados no meio do tráfico e abertos ao público desde sua origem e não eram limitados aos novos bairros residenciais. Eram utilizados pela classe trabalhadora, homens, mulheres e crianças que desejavam apreciar a cena urbana, frequentar concertos, jogar ou simplesmente passar um tempo entre a leitura e o relaxamento⁵⁵.

49 Todd Longstaffe-Gowan, *The London Square: Gardens in the Midst of Town* (New Haven: Yale University Press, 2012), 65.

50 Sigfried Giedion, *Space, Time and Architecture*, 718.

51 Franco Panzini, *Per i piaceri del popolo: l'evoluzione del giardino pubblico in Europa dalle origini al XX secolo* (Bologna: Zanichelli, 1993), 144.

52 Anne Scott-James and Obstert Lancaster, *The Pleasure Garden: an Illustrated History of British Gardening* (London: J. Murray, 1977).

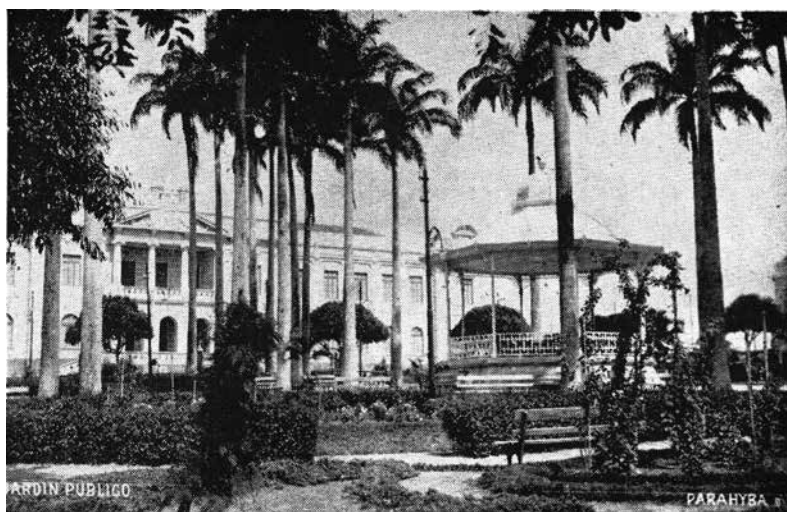
53 Phebe Goodman, *The Garden Squares of Boston* (Hanover: University Press of New England, 2003).

54 Sigfried Giedion, *Space, Time and Architecture*, 755.

55 William Robinson, *The Parks, Promenades, & Gardens of Paris, Described and Considered in Relation to the Wants of Our Own Cities, and the Public and Private Gardens* (London: J. Murray, 1869).

Dicionários de francês do final do século XIX, portanto também coevos ao aparecimento do *square* no Brasil, o definem como “jardim cercado por uma grade que se encontra no meio de uma praça pública; de etimologia inglesa, praça quadrada”⁵⁶. No Brasil, o *square* equivaleria a um jardim urbano, uma praça ajardinada pelo poder público, dotada de gradil, que controlava o acesso do público e impedia a entrada de animais no recinto ajardinado. Em 1879, foi iniciado o ajardinamento do primeiro logradouro público da capital paraibana: o Campo do Comendador Felizardo Leite, que passou a se chamar *Jardim Público* ou Jardim da Praça Comendador Felizardo, atual Praça João Pessoa (Imagem 4). Na *Monographia da Cidade da Parahyba do Norte*, elaborada em 1889, o agrimensor Vicente Gomes Jardim, sob o item “Praças Públicas”, descreve a geometria, ruas lindeiras, edificações do entorno e indica antigos nomes e as coordenadas de 20 logradouros da então Cidade da Paraíba, sendo 6 largos, 5 praças, 5 pátios e 4 campos, entre os quais o Campo do Comendador Felizardo: “Campo do Commendador Felizardo. Esta praça é também como a precedente, um quadrilatero. [...] Acha-se occupado com o Jardim Publico, principiado em 1879 [...] e concluido em 1881”⁵⁷.

Imagem 4. Jardim Público (Cidade da Parahyba, atual João Pessoa)



Fonte: *Jardim Publico*, Cidade da Parahyba, 15 de junho, 1921.

56 Emile Littré, *Dictionnaire de la langue française: contenant la nomenclature, la grammaire, la signification des mots, la partie historique, l'étymologie*, vol. 4 (Paris: Hachette, 1876), 2038.

57 Vicente Gomes Jardim, “Monographia da Cidade da Parahyba do Norte”, *Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano* 3: 3 (1911): 83-111.

Frequentemente citado nas fontes de época com essa designação, amplamente apropriada pelos escritores e historiadores de João Pessoa⁵⁸, o Jardim Público transformou-se numa das principais áreas de lazer da cidade, como indicam as costumeiras retretas semanais e festividades relatadas nos anos 1920, bem como as sucessivas reformas que lhe foram imputadas e registradas na imprensa e nos relatórios de governo.

“Promettem certo brilho os tradicionaes festejos do Natal nesta cidade. A’ praça Commendador Felizardo, no jardim Publico haverá retreta a começar das 17 horas, tombola em favor da igreja das Mercês, serviço de Buffet e dois pavilhões, um chinez e outro inglez”⁵⁹.

“Entre os melhoramentos effectuados durante o meu governo tenho a satisfação de lembrar a reforma completa e radical do Jardim Publico, hoje um dos logradouros mais apraziveis do norte do Brazil, reaberto a 31 de dezembro do anno passado, com um novo e elegante pavilhão de ferro e numerosos bancos de assentos duplos em sua maioria”⁶⁰.

Analisando as imagens do Jardim Público, publicadas na revista *Era Nova* entre 1921 e 1925, as fotos captadas por Walfredo Rodriguez (1894-1974) e editadas por seu Filho José de Nazareth Rodriguez no álbum *2 Séculos da Cidade: passeio retrospectivo, 1870-1930*⁶¹, é evidente sua semelhança com o Jardim do Campo das Princesas no Recife, configurando um *square*, nos quais se notam o gradil e o coreto central, além das palmeiras imperiais demarcando os eixos que interligam as edificações palacianas do entorno. É significativo o aparecimento da expressão *jardim público*, registrado por Antônio Houaiss como “terreno ajardinado que pode ser frequentado gratuitamente pela população”⁶². *Jardim Público* foi o designativo do antigo Jardim Botânico e atual Jardim da Luz em São Paulo, do Passeio Público de Campinas⁶³ e da atual Praça Benedito Leite em São Luís⁶⁴. Em relação com o Jardim da Luz, Segawa afirma

58 Walfredo Rodriguez, *Roteiro Sentimental de uma Cidade* (João Pessoa: A União, 1994 [1962]); Wellington Aguiar, *Cidade de João Pessoa: a memória do tempo* (João Pessoa: Gráfica e Editora Persona, 1992); José Octávio de Arruda Mello, *Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba* (João Pessoa: Fundação Cultural do Estado de Paraíba, 1990).

59 “O Natal – nesta cidade”, *O Jornal*, Cidade da Parahyba, 24 de dezembro, 1923, 6.

60 João Pereira de Castro Pinto, *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura, a 1º de setembro de 1914* (s/c.: s/e., 1914), 24-25.

61 José de Nazareth Rodriguez, *2 Séculos da Cidade: passeio retrospectivo, 1870-1930* (João Pessoa: Interplan Editorial Propaganda, 1974).

62 Antônio Houaiss, *Dicionário Houaiss*.

63 Siomara Lima, “Para além da arquitetura”, 150.

64 Domingos Vieira Filho, *Breve história das ruas e praças de São Luís* (São Luís: s/e, 1971), 46.

que “a pouca atividade botânica deve ter sugerido à Assembléia Legislativa Provincial mudar o nome do recinto de jardim botânico para jardim público em 1838, sem, todavia, renunciar ao eventual aproveitamento do espaço para fins botânicos”⁶⁵.

O *jardim* desvincula-se, então, da sua histórica inserção no domínio privado e adquire novas significações semânticas e urbanísticas. Tal ampliação pode ser ilustrada consultando-se a obra de Antonio de Moraes Silva. No final do Setecentos, o verbete indicava “porção de terra cultivada, e plantada de flores”⁶⁶ e, quase um século depois, “porção de terra ordinariamente de pouca extensão, cultivada, e plantada de flores e outras plantas, para recreio, e passeio”⁶⁷. Curiosamente, a palavra anglo-francesa *square* —na condição de jardim instalado numa praça pública— ganha como tradução brasileira a locução *jardim público*, verificada em São Paulo, São Luís, Campinas e João Pessoa. E, paradoxalmente, por nascer cercado, recupera o sentido etimológico do jardim como “recinto fechado para o deleite”. Na língua francesa corrente, *square* significa “jardim público, geralmente cercado”⁶⁸ enquanto entre os londrinos há uma tendência de usar a expressão *garden square*⁶⁹ em distinção às tradicionais *praça* portuguesa (ou luso-brasileira), *plaza* espanhola, *place* francesa e *piazza* italiana, espaços de origem latina e desnudos, caracterizando, então, uma inversão do que ocorreu no Brasil.

O vocábulo *parque*, menos frequente no nosso período de estudo, consolida-se no argot dos arquitetos e urbanistas brasileiros no século XX. Aparece, de modo manifesto, no Recife em 1924, mas também em João Pessoa, denominando o recém-criado Parque Arruda Câmara (1922), e no Parque da Liberdade (Parque da Independência), de Fortaleza, iniciado em 1890 e amplamente equipado em 1922⁷⁰ (Imagem 5). A partir dessa época, teriam sido criados *parques* em outras cidades, como o Parque Teófilo Dantas em Aracaju (1928). Todavia, é em 1890 que tal denominação aparece no léxico dos espaços ajardinados em Fortaleza, contemporaneamente ao Parque Municipal de Belo Horizonte.

No Recife, entre 1924 e 1925 foram construídos os parques do Derby, Paissandu, Sérgio Loreto, Oswaldo Cruz, Amorim e Entroncamento nas gestões do governador Sérgio Loreto e do prefeito Antônio de Góes. O Derby era, significativamente, o maior deles, incorporado ao desenho de um novo bairro, portanto articulado a um loteamento, sistema viário e de

65 Hugo Segawa, *Ao amor do público*, 134.

66 Antonio de Moraes Silva, *Dicionário da língua portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, vol.1 (Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789), 742.

67 Antonio de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 2, 198.

68 Larousse, *Dictionnaire de langue française maxi poche (2013)* (Paris: Éditions Larousse, 2012), 1320.

69 Phebe Goodman, *The Garden Squares*, xiv.

70 Maria Noélia Rodrigues da Cunha, *Praças de Fortaleza* (Fortaleza: Impr. Oficial do Ceará, 1990), 245-246.

Imagem 5. Parque da Independência após 1922 (Fortaleza)

Fonte: *Parque da Independência após 1922*, Fortaleza, em Acervo Nirez (AN), Fortaleza, Brasil.

drenagem, em área afastada do centro tradicional⁷¹. Os demais *parques* resultaram do ajardinamento de antigos largos e campinas, espaços ermos e alagadiços, porém reduzidos em extensão comparativamente ao Derby. Ora eram designados como *parques*, ora tomados por *praças*, inclusive num dos principais periódicos oficiais da época, a *Revista de Pernambuco*, criada como veículo de divulgação das ações do governo estadual. Verificamos tal oscilação no léxico em um exemplar de 1924:

“Se, preliminarmente, reconhecemos que, com rigorosismo tecnico e radical do vocábulo, Recife não possui ainda um parque digno dessa denominação, por outro lado podemos afirmar que agora, porém com o visual e encorajante surto de vida nova e de progresso contínuo, esboçam-se novos horizontes para a nossa esthetica urbana e surgem como por encanto, dia a dia, os delineamentos de novos parques que decerto, mais tarde irão concorrer de modo decisivo para o requinte das belezas tradicionaes de nossa capital. Para a rápida e perfeita consecução desse elevado propósito tão dignificante na sua significação social, quão fecundo nas suas salutaes consequencias, muito tem influído a ação conjunta dos poderes do município e do Estado”⁷².

71 Ana Rita Sá Carneiro e Aline de Figueirôa Silva, “Os prenúncios do paisagismo moderno: o Parque do Derby no ‘Novo Recife’ de 1925”, em *Arquitetura Moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*, org., Fernando Diniz Moreira (Recife: CECI, 2007), 291-302; Aline de Figueirôa Silva, *Jardins do Recife*, 92-103.

72 “Recife e seus parques”, *Revista de Pernambuco*, Recife, 6 de dezembro, 1924.

Os parques da Independência (Fortaleza, 1922), Arruda Câmara (João Pessoa, 1922) e um projeto não executado do Parque 13 de Maio (Recife, 1923) representavam as mais expressivas áreas dotadas de tratamento paisagístico e destinadas à recreação da população à época em que foram criadas, possuíam construções, atrativos e equipamentos de maior porte, a exemplo de banheiros, restaurantes, cafés, bares, e ocupavam terrenos mais afastados do centro tradicional, portanto, relacionados à expansão urbana. Também tomavam partido de recursos hídricos pré-existentes, como lagoas e bicas, e podiam exercer funções de horto, provendo mudas de plantas para a arborização de outros logradouros. “Ao lado desses serviços de real utilidade, tenho estimulado e, até mesmo, custeado os melhoramentos compreendidos pelo sr. dr. Guedes Pereira, prefeito do município, nas terras que circundam a fonte do Tambiá, melhoramentos que nos deram o parque ‘Arruda Camara’, um dos mais poéticos e uteis logradouros de nossa urbs. Allí, mantém actualmente aquelle operoso auxiliar de minha administração grandes viveiros de plantas destinadas á arborização da cidade”⁷³.

Etimologicamente, a palavra *parque* tem acepções de “bosque cercado onde há caça”, “terreno arborizado que circunda uma propriedade” e “jardim público” e remonta pelo menos ao século XVI, derivada do francês *parc* através do latim *parricum*⁷⁴. O homônimo espanhol *parque*, de 1607, também originado do francês *parc*, significa “manjedoura de gado”, “sítio cercado destinado a conservar animais selvagens”, “terreno, cercado e com plantas, para recreio” —origem comum nas línguas francesas e germânicas do Ocidente⁷⁵. Domingos Vieira definiu o *parque* como “bosque cercado, onde andam corças, veados, etc.”⁷⁶. Dada a sinonímia entre bosque e *parque*, este expressa o caráter de mata, floresta e cobertura vegetal, em que se sobressaem sua extensão, fechamento e presença de animais. O parque “conjuga o sentido ‘público’ da praça e ‘verde’ do jardim, ou seja, na condição de espaço público vegetado, é um jardim público”⁷⁷.

Por sua extensão e distância em relação à área de ocupação urbana original, a que se alcançava por linha de bonde, já eletrificado, ou veículo particular, os parques foram os primeiros logradouros ajardinados dotados de área de estacionamento de automóveis. À presença

73 Solon Barbosa de Lucena, *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura, a 1ª de setembro de 1922* (s/c.: s/e., 1922), 32-33.

74 Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico*, 583.

75 Joan Corominas, *Breve Dicionario Etimológico*, 442.

76 Domingos Vieira, *Grande Dicionario Portúguez ou Thesouro da Língua Portuguesa pelo Dr. Frei Domingos Vieira dos eremitas calçados de Santo Agostinho*, vol. 4 (Porto: Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moares, 1871), 671.

77 Aline de Figueirôa Silva, *Jardins do Recife*, 24.

tecnológica, comercial e cultural de ingleses e franceses, se justapunha a influência do capital norte-americano, representada, sobretudo, pelo deslocamento por automóvel, que, aos poucos, alteraria o projeto e as formas de fruição dos espaços urbanos. Segundo uma matéria sobre a remodelação do Parque da Independência: “Em cada angulo do parque, serão abertos portões, a fim de facilitar a entrada de autos e de pedestres, de qualquer lado que venham. [...] Internamente já se acham construídos os passeios para pedestres e para vehiculos, que circundam o lago. A avenida para autos é ladeada por passeios para transeuntes. [...] Em frente á entrada principal, num refugio que fica na bifurcação da pista, em frente á ellipse, serão collocadas lampadas artísticas”⁷⁸.

Considerações Finais

Ao que nos parece, no Brasil, nunca perdemos de todo a designação *praça*, mas assinalamos sua coexistência com outras expressões ou locuções, inclusive no mesmo logradouro. Entretanto, é possível apontar uma cronologia quanto ao léxico referente aos logradouros ajardinados nas cidades brasileiras: *passeio/passeio público*, *jardim/jardim público*, *square*, *parque*, sendo a primeira expressão marcante no século XIX e a última fixada no século XX. Mesmo cientes da impossibilidade da precisão dos conceitos, identificar tal terminologia, inclusive sobreposições entre os termos que a constituem, consubstancia novas interpretações sobre a história do paisagismo no Brasil. O léxico aqui tratado, tomado além do seu contexto semântico contemporâneo, é uma entrada para caracterizar mudanças paisagísticas que se processaram nos séculos XIX e XX, anteriormente à afirmação do modernismo.

Quando “confrontado ao terreno”, para usar a expressão de Fonseca⁷⁹, à luz de fontes de época, o léxico sinaliza, em certa medida, significativas transformações físicas, sociais, culturais e a difusão de um determinado conjunto de recursos técnicos, políticos e porventura jurídicos materializados nas capitais dos atuais estados nordestinos, que pouco compareceram nos capítulos até agora escritos sobre o paisagismo brasileiro pré-Burle Marx. Foi neste sentido que a autora tratou o léxico da ocupação e da urbanização⁸⁰ das minas setecentistas, reconhecendo,

78 “A remodelação do Parque da Independência, sua inauguração no dia 7”, *O Nordeste*, Fortaleza, 7 de maio, 1922, 1.

79 Cláudia Damasceno Fonseca, *Arraiais e Vilas d’el Rei*, 406.

80 No capítulo 1, a autora discute termos e noções ligados à ocupação das Minas Gerais, como sertão, rancho, aldeia, aldeamento, campanha, conquista, paragem, lugar, sítio, país, distrito, continente. E, no capítulo 8, ao analisar níveis de urbanização das povoações mineiras, trabalha com categorias como cidade, vila, arraial e povoado.

por um lado, nomenclaturas específicas, e, por outro, a associação ou sobreposição de termos e a impossibilidade de fixá-los a partir de uma única variável ou atributo. Seguindo este rastro, o trato das categorias paisagísticas demanda o cruzamento de diferentes variáveis: origem, atributos físicos e funcionais, usos, ocorrência de eventos específicos e edificações do entorno, impossibilitando-nos de efetuar uma transposição literal de termos estrangeiros dos contextos em que originalmente foram moldados, seja Portugal, França, Inglaterra ou Espanha, sem considerarmos as diferenças sociais, geográficas, culturais, urbanísticas e econômicas que nos separavam da Europa ocidental.

Se observarmos os nomes atuais dos logradouros constitutivos de nosso estudo fica evidente a predominância da expressão *praça*, também prevalecente em diversas cidades brasileiras, impondo-se sobremaneira aos demais topônimos. Publicações e Seminários⁸¹ que tratam dos logradouros públicos antigos no território de Portugal e outros países europeus ou em seus domínios coloniais circunscrevem uma generosa família de espaços à comum designação de *praça*. Por sua vez, obras que tratam contemporaneamente de espaços públicos em cidades lusitanas também sinalizam a preferência pelo vocábulo *praça*. Sob o hiperônimo⁸² *praça*, Barbosa⁸³ inventariou uma miríade de logradouros na cidade do Porto, incluindo o *jardim de passeio*, a *esplanada* e a *avenida*, até *largos* e *nós viários*.

O que nos parece um retorno ao termo no Brasil, indica-nos uma permanência do termo em Portugal. Contudo, se partirmos do léxico, poderemos chegar a novas aproximações com as matrizes urbanísticas lusitanas (e não apenas francesas e inglesas sobremaneira evidenciadas no século XIX), identificando e qualificando uma terminologia específica em relação com a história do paisagismo brasileiro.

81 Manuel C. Teixeira, org., *A Praça na Cidade Portuguesa* (Lisboa: Livros Horizontes, 2001); Miguel Figueira de Faria, org., *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro* (Lisboa: Livros Horizontes, 2008).

82 O termo foi utilizado pela Professora Madalena Pinto da Silva na apresentação do livro (Magda Barbosa, *As Praças da Cidade do Porto* (Porto: Edita-me, 2011), 12). Segundo Antônio Houaiss, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*: “hiperônimo” é um “vocábulo de sentido mais genérico em relação a outro” (assento é hiperônimo de cadeira e poltrona; animal é hiperônimo de leão) e “hipônimo” é o “vocábulo de sentido mais específico em relação ao de outro mais geral, em cuja classe está contido” (poltrona é hipônimo de assento; leão é hipônimo de animal).

83 Magda Barbosa, *As Praças da Cidade*.

Bibliografia

Fontes primárias

Publicações periódicas:

- Correio do Ceará*. Fortaleza, 1930.
Diário de Pernambuco. Recife, 1871-1872.
O Jornal. Cidade da Parahyba, 1923.
O Nordeste. Fortaleza, 1922.
O Povo. Fortaleza, 1931.
Revista de Pernambuco. Recife, 1924.

Documentação primária impressa:

- “Termo de assentamento da pedra fundamental do jardim da praça Conde D’Eu”. *Revista Arquivos* 1: 1 (1942): 111-113.
- Albuquerque, Diogo Velho Cavalcanti de. *Falla recitada pelo excelentissimo presidente da provincia no dia 1º de março de 1871*. Recife: Typographia de M. F. de F. & Filhos, 1871.
- Cavalcante, José Pompeu d’Albuquerque. *Relatórios apresentados pelo Engenheiro Chefe da Direcção de Obras Publicas*. Fortaleza: s/e., 1868.
- Corominas, Joan. *Breve Diccionario Etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 1994.
- Corona, Eduardo e Carlos A. C. Lemos. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart, 1972.
- Costa, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*, volume 9. Recife: Fundarpe, 1983.
- Cunha, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- Figueiredo Junior, José Bento da Cunha. *Relatório apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Ceará no dia 9 de outubro de 1863*. Ceará: Typographia Cearense, 1863.
- Houaiss, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- Jardim, Vicente Gomes. “Monographia da Cidade da Parahyba do Norte”. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Parahybano* 3: 3 (1911): 83-111.
- Junqueira, João José de Oliveira. *Falla com que o Exm. presidente da provincia abrio a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia 1º de março de 1872*. Pernambuco: Typ. de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1872.
- Lacerda, Adolpho de Barros Cavalcanti de. *Relatorio com que o Exm. Sr. passou a administração desta provincia em 18 de setembro de 1879*. Recife: Typ. de M. Figueiroa de F. & Filhos, 1879.
- Larousse. *Dictionnaire de langue française maxi poche (2013)*. Paris: Éditions Larousse, 2012.
- Littre, Emile. *Dictionnaire de la langue française: contenant la nomenclature, la grammaire, la signification*

des mots, la partie historique, l'étymologie, volume 4. Paris: Hachette, 1876.

Lucena, Solon Barbosa de. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura, a 1º de setembro de 1922*. s/c.: s/e., 1922.

Pinto, João Pereira de Castro. *Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa do Estado da Parahyba, na abertura da 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura, a 1º de setembro de 1914*. s/c.: s/e., 1914.

Pinto, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

Rodriguez, José de Nazareth. *2 Séculos da Cidade: passeio retrospectivo, 1870-1930*. João Pessoa: Interplan Editorial Propaganda, 1974.

Silva, Antonio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva*, volume 1. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

Silva, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portugueza. Melhorada, e muito acrescentada com grande numero de termos usados no Brazil e no Portuguez da India*, volume 1 e 2. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1878.

Vieira, Domingos. *Grande Diccionario Portúguez ou Thesouro da Lingua Portugueza pelo Dr. Frei Domingos Vieira dos eremitas calçados de Santo Agostinho*, volume 4. Porto: Casa dos Editores Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moares, 1873.

Imagens:

Jardim Público. Cidade da Parahyba, 1921.

Jardim ou 'Square' do Campo das Princesas, Recife, provavelmente no início do século XX. Biblioteca Almeida Cunha, Recife, Brasil.

Parque da Independência após 1922, Fortaleza. Acervo Nirez (AN), Fortaleza, Brasil.

Passeio Público de Fortaleza, Avenida Caio Prado, início do século XX. Acervo Nirez (AN), Fortaleza, Brasil.

Hagedom Carls, Frederick. "Panorama de Pernambuco", 1855. Em *Raras e preciosas vistas e panoramas do Recife: 1755-1855*, Gilberto Ferrez. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

Fontes secundárias

Aguiar, Wellington. *Cidade de João Pessoa: a memória do tempo*. João Pessoa: Gráfica e Editora Persona, 1992.

Azevedo, Octacílio de. *Fortaleza descalça*. Fortaleza: Secult/CE, 2012 [1980].

Bahls, Aparecida. *O verde na metrópole: a evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916)*. Dissertação Mestrado em História, UFPR, 1998.

Barbosa, Magda. *As Praças da Cidade do Porto*. Porto: Edita-me, 2011.

Barroso, Gustavo. *À margem da história do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

Castro, José Liberal de. "Passeio Público: espaços, estatuária e lazer". *Revista do Instituto do Ceará* 123 (2009): 41-114.

- Cunha, Maria Noélia Rodrigues da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Impr. Oficial do Ceará, 1990.
- Dourado, Guilherme. *Belle Époque dos Jardins: Da França ao Brasil do século XIX e início do XX*. Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, USP, 2008.
- Faria, Miguel Figueira de. *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*. Lisboa: Livros Horizontes, 2008.
- Fonseca, Cláudia Damasceno. *Arraiais e Vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- Freitas, Cândida. *O Parque 13 de Maio na modernização do Recife*. Dissertação Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE, 2006.
- Giedion, Sigfried. *Space, Time and Architecture: the Growth of a New Tradition*. Massachusetts: Harvard University Press, 1967.
- Girão, Raimundo. *Fortaleza e a crônica histórica*. Fortaleza: UFC, 1983.
- Goodman, Phebe. *The Garden Squares of Boston*. Hanover: University Press of New England, 2003.
- Laurie, Michael. *Introducción a la arquitectura del paisaje*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.
- Lima, Siomara. "Para além da arquitetura: Ramos de Azevedo e os projetos de Jardins para Campinas". Em *Jardins históricos brasileiros e mexicanos*, organizado por Ana Rita Sá Carneiro e Ramona Pérez Bertruy. Recife: EDUFPE, 2009, 141-173.
- Longstaffe-Gowan, Todd. *The London Square: Gardens in the Midst of Town*. New Haven: Yale University Press, 2012.
- Lúcio, Silvana Tercila M. Pettinati. *Pernambuco no século XIX: a herança de Vauthier*. Dissertação Mestrado em Urbanismo, PUC-Campinas, 2000.
- Luz, Luís Fernando da. *Parque Farroupilha: composição e caráter de um jardim público de Porto Alegre*. Dissertação Mestrado em Arquitetura, UFRGS, 1999.
- Marx, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 2003.
- Mello, José Octávio de Arruda. *Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba*. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990.
- Mesquita, Otoni. *Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)*. Manaus: Valer, 2006.
- Nogueira, João. *Fortaleza Velha*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1954.
- Panzini, Franco. *Per i piaceri del popolo: l'evoluzione del giardino pubblico in Europa dalle origini al XX secolo*. Bologna: Zanichelli, 1993.
- Parahym, Orlando. *Traços do Recife: ontem e hoje*. Recife: Governo de Pernambuco, 1978.
- Ponte, Sebastião. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social, 1860-1930*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1999.
- Robinson, William. *The Parks, Promenades, & Gardens of Paris, Described and Considered in Relation to the Wants of Our Own Cities, and the Public and Private Gardens*. London: J. Murray, 1869.
- Rodriguez, Walfredo. *Roteiro Sentimental de uma Cidade*. João Pessoa: A União, 1994 [1962].
- Sá Carneiro, Ana Rita. *Parque e Paisagem: um olhar sobre o Recife*. Recife: UFPE, 2010.

- Sá Carneiro, Ana Rita e Aline de Figueirôa Silva. "Os prenúncios do paisagismo moderno: o Parque do Derby no 'Novo Recife' de 1925". Em *Arquitetura Moderna no Norte e Nordeste do Brasil: universalidade e diversidade*, organizado por Fernando Diniz Moreira. Recife: CECL, 2007, 291-302.
- Scott-James, Anne and Obstert Lancaster. *The Pleasure Garden: an Illustrated History of British Gardening*. London: J. Murray, 1977.
- Segawa, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1996.
- Sette, Mario. *Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1948.
- Silva Filho, Antonio Luiz. *Fortaleza: Imagens da Cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2004.
- Silva, Aline de Figueirôa. *Jardins do Recife: uma história do paisagismo no Brasil (1872-1937)*. Recife: Cepe, 2010.
- Silva, Aline de Figueirôa e Rosane Piccolo Loretto. "A passeio pela cidade: o projeto de Vauthier para Santo Amaro e o planejamento de espaços verdes no Recife". Em *Un ingénieur du progrès: Louis-Léger Vauthier entre la France et le Brésil*, organizado por Cláudia Poncioni e Virgínia Pontual. Paris: Michel Houdiard Éditeur, 2010, 349-367.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da. "Rio de Janeiro e Salvador: a função social, estética e higiênica das praças no Brasil do fim do período colonial". Em *A Praça na Cidade Portuguesa*, organizado por Manuel C. Teixeira. Lisboa: Livros Horizontes, 2001, 225-235.
- Teixeira, Manuel C., organizador. *A Praça na Cidade Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.
- Terra, Carlos. "A criação de uma identidade na paisagem do Rio de Janeiro no século XIX: o Campo de Santana como exemplo". Em *Jardins históricos brasileiros e mexicanos*, organizado por Ana Rita Sá Carneiro e Ramona Pérez Bertruy. Recife: UFPE, 2009, 73-100.
- Vieira Filho, Domingos. *Breve história das ruas e praças de São Luís*. São Luís: s/e., 1971.